



Revista de Ciências da Administração

ISSN: 1516-3865

rca.cse@contato.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

Salm, José Francisco; da Silva, Maria Helena
A INSERÇÃO SOCIAL DOS PROGRAMAS STRICTO SENSU EM ADMINISTRAÇÃO DAS
UNIVERSIDADES PÚBLICAS E A COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO

Revista de Ciências da Administração, vol. 17, núm. 41, abril, 2015, pp. 143-155
Universidade Federal de Santa Catarina
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273537756011>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A INSERÇÃO SOCIAL DOS PROGRAMAS *STRICTO SENSU* EM ADMINISTRAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS E A COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO

*Social Insertion in Administration Graduate Programs in
Brazilian Public Universities and the Coproduction of the Public
Good*

José Francisco Salm

Ph.D University of Southern California. Centro Universitário Internacional. Florianópolis, SC. Brasil. E-mail: jfsalm@uol.com.br

Maria Helena da Silva

Doutorado – Universidade Federal da Bahia (UFBA). Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC. Brasil. E-mail:
maria.helena@udesc.br

Resumo

O artigo discute as ações de inserção social dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração sob a supervisão da CAPES, a partir dos modelos de coprodução. Os dados utilizados ao longo do artigo são do aplicativo Coleta da CAPES, no período de 2007, 2008 e 2009. As ações de inserção social identificam-se como coprodução funcional (eficiência e eficácia formal) e coprodução simbólica (presença formal do poder público) e raras ações de coprodução representativa com sustentabilidade (integração sustentável com a sociedade). Evidencia, também, que essas ações de inserção social são realizadas mediante a solicitação de serviços aos programas, assistência à sociedade sob diversas formas e por meio de ajuste mútuo entre os programas e a sociedade. Os dados contidos no aplicativo Coleta não comprovam que esses programas diretamente promovem a transformação social (ausência de acompanhamento de egressos). Também demonstram que muitos desses programas não têm uma compreensão precisa sobre o que é inserção social e como ela deve ser realizada para os efeitos de avaliação da CAPES.

Palavras-chave: Inserção Social. Coprodução. Avaliação. Participação. Modelo.

Abstract

This article discusses the actions of social insertion in the graduate programs in administration under the supervision of CAPES, considering the models of co-production. The data used throughout this article are taken from the Collection app from CAPES, from 2007, 2008 and 2009. The actions are identified as functional coproduction (efficiency and formal effectiveness) and symbolic coproduction (formal presence of the state) and rare cases of actions of representative coproduction with sustainability (sustainable integration with society). It also shows that these actions are made by means of soliciting services to the programs or through request of assistance to society under various forms and by means of mutual adjustment between programs and the society. The data from the Collection do not prove that these programs directly promote social transformation (lack of former student's feedback). The data also demonstrate that several programs do not have an accurate understanding on what is social insertion or how it should be brought about according to CAPES assessment standards.

Keywords: Social Insertion. Co-production. Evaluation. Participation. Model.

1 INTRODUÇÃO

A concepção de pós-graduação no Brasil está definitivamente integrada à ideia de pesquisa. Ela é responsável, nos últimos 40 anos, pela maior parte da produção científica brasileira e pelo seu crescimento qualitativo e quantitativo. Por outro lado, o desenvolvimento científico e tecnológico do País está associado à aprovação de patentes e publicações de artigos com alto índice de citação, produzidos nos cursos de pós-graduação. Não há, portanto, como dissociar a produção dos cursos de pós-graduação do desenvolvimento da sociedade e, por via de consequência, da inserção desses programas na sociedade da qual fazem parte.

Devido à importância desse fato, a partir do ano de 2007, a Coordenação para Aperfeiçoamento de Pessoal de Educação Superior (CAPES) incluiu na Ficha de Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* um novo quesito, chamado “Inserção Social”. A relevância dessa inovação consiste no fato de que ela significa o reconhecimento oficial da CAPES de que a pós-graduação tem uma responsabilidade perante a sociedade. Por isso ela deve, não apenas melhorar a ciência, mas também contribuir para a melhoria do País e, desse modo, para as condições econômicas, sociais e políticas dos cidadãos.

A inserção social implica o poder de transformação social que a pós-graduação possui. Ela também avalia como mestres e doutores, bem como a pesquisa por eles desenvolvida e a de seus orientandos atuam em termos de efetiva contribuição para com a sociedade. Ao incluir esse novo quesito, a CAPES busca avaliar o impacto dos programas de pós-graduação com base em informações fornecidas pelas universidades (RIBEIRO, 2007). Todavia, para que esse impacto ocorra, faz-se necessário um diálogo maduro e continuado entre a comunidade científica e a sociedade, selando um pacto de mútuo respeito, participação e apoio para o melhor aproveitamento das ações de pesquisa em um país com insuficientes recursos e que precisa saber utilizá-los bem. No caso das universidades públicas, essa participação é um componente necessário e imprescindível na inserção social de seus programas de pós-graduação, sempre que a sociedade for regida por meio de um sistema democrático de governo (ROBERTS, 2004; DENHARDT, 2011). É necessário também levar em conta que as universidades públicas,

exatamente por serem públicas, são instituições em que a participação permeia todas as suas ações. Não há, portanto, como justificar que, nela, haja pouca participação dos cidadãos, quando se trata da inserção social dos programas de pós-graduação.

Esse diálogo entre a comunidade científica e a sociedade pode dar origem a uma forma peculiar de prestação de serviços públicos denominada coprodução do bem público. A coprodução é uma estratégia para a produção dos serviços públicos por meio do compartilhamento de responsabilidades e poder entre agentes públicos, agentes privados e cidadãos (SALM, 2014). Essa estratégia, de acordo com Denhardt (2012), leva o debate sobre a administração pública além da dicotomia entre o tecnicismo da burocracia e a esfera política, abrindo espaço para estudos novos referentes à participação na burocracia pública.

A inserção social dos programas de pós-graduação é, de acordo com a CAPES, um item importante na avaliação dos cursos de mestrado e doutorado no Brasil. Essa inserção implica a participação de diferentes instâncias da sociedade nos programas de pós-graduação, constituindo-se, dessa maneira, em coprodução do bem público nos moldes em que esse termo foi conceituado neste texto. Passa a ser, por via de consequência, relevante o desenvolvimento de estudos e pesquisas com foco na inserção social dos programas de pós-graduação, por meio da coprodução do ensino, da pesquisa e da extensão nos mestrados e doutorados das universidades públicas brasileiras.

O objetivo deste artigo é discutir as ações de inserção social dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* em Administração, sob a supervisão da CAPES, no período de 2007, 2008 e 2009, a partir dos modelos de coprodução do bem público. Portanto, seu foco é a coprodução na inserção social apenas dos programas de pós-graduação das universidades públicas brasileiras.

Este trabalho encontra justificativa na importância que a CAPES atribui à inserção social dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, considerando-se que ela é uma estratégia de resposta imediata para a sociedade sobre a produção desses programas. Além disso, é importante colocar que a reflexão sistemática sobre a produção ou coprodução dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* pode produzir novos critérios para avaliação de propostas pelas agências de



fomento. Por outro lado, pode estimular um diálogo dos programas de pós-graduação com os usuários do conhecimento e a sociedade. Esse fato pode propiciar uma melhor compreensão do contexto desses usuários, além de integrar os programas com organizações governamentais, não governamentais e a sociedade em geral.

O trabalho está estruturado, além desta (1) introdução, em uma seção de (2) contextualização sobre a pós-graduação, a avaliação da CAPES e a inserção social; em seguida, trata do (3) referencial teórico sobre a administração pública e a coprodução do bem público. Na sequência, apresenta os (4) procedimentos metodológicos da pesquisa realizada e os (5) resultados encontrados, bem como as (6) considerações finais.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO: A PÓS-GRADUAÇÃO, A AVALIAÇÃO DA CAPES E A INSERÇÃO SOCIAL

Apresenta-se a seguir, uma contextualização sobre a pós-graduação no Brasil, a avaliação da CAPES, seus critérios e a inserção social como quesito de avaliação na Ficha de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação da CAPES e suas dimensões. A contextualização serve de base para o referencial teórico e para demonstrar que a inserção social dos programas de pós-graduação das universidades públicas é uma condição primordial para a sua existência, porque a sociedade da qual elas fazem parte é regida pela democracia e pelo exercício da cidadania; considerando-se ainda, que a universidade pública, por meio da inserção social dos programas de pós-graduação e da coprodução dos serviços públicos, desempenha papel de grande importância no sentido de promover a articulação entre pesquisadores, cidadãos e gestores públicos para discussão e definição do interesse público.

2.1 A Pós-Graduação no Brasil

No decorrer das últimas três décadas, o Brasil construiu um sistema de pós-graduação que se constitui, nos dizeres de Martins (2002), no maior e melhor da América Latina. Esse fato surpreende, levando-se em conta o caráter tardio do surgimento do ensino superior no Brasil. Mas é importante ressaltar que o

setor público foi o responsável pelo desenvolvimento da pós-graduação e das atividades de pesquisa no País, modernizando um importante segmento do sistema universitário brasileiro.

O Parecer Sucupira n. 977, de 1965, que regulamentou por primeiro a pós-graduação no Brasil, e o Parecer n. 77, de 1969, que normatizou o credenciamento dos cursos de pós-graduação, ambos do Conselho Federal de Educação (CFE), segundo Martins (2002), tiveram grande importância na definição conceitual e na moldura legal da pós-graduação. Mas foram os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) que constituíram o elemento crucial na construção do sistema, mostrando uma direção para sua consolidação e institucionalização.

Graças à existência dos PNPGs, a pós-graduação cresceu de forma planejada e orientada, pois foram traçados rumos bem definidos para a sua expansão e, ao seu lado, os órgãos de fomento nacionais e internacionais investiram de forma sistemática na implantação desse nível de ensino. No bojo das recomendações dos referidos planos, ocorreu também a implantação e a ampliação de forma gradual das comissões de consultores científicos. Elas têm a finalidade de apreciar o mérito das solicitações, os pleitos das áreas e a avaliação dos programas de pós-graduação, o que implica uma contínua e constante interação da CAPES com a comunidade acadêmica.

2.2 A Avaliação da CAPES e a Inserção Social

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES) foi criada no início do segundo governo de Getúlio Vargas. Ela surgiu dentro de um contexto de retomada do projeto de construção de uma nação desenvolvida e independente, em que a industrialização e a complexidade da administração pública mostravam a necessidade urgente de formação de especialistas e pesquisadores. Inicialmente, foi denominada Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo Decreto n. 29.741, de 11 de julho de 1951, com o objetivo de assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visavam ao

desenvolvimento do País. O primeiro secretário geral da comissão designado foi o professor Anísio Teixeira. (CAPES, 2008)

A avaliação da CAPES tem por principal base o sistema denominado Coleta de Dados da CAPES que, anualmente, recolhe as informações sobre o desempenho dos programas de pós-graduação. Essa avaliação, além de outras vantagens importantes, permite às instituições avaliadas a oportunidade de analisarem-se e de oferecer ao acadêmico graduado, com interesse em cursar um mestrado ou doutorado, elementos seguros para que ele possa escolher o lugar mais adequado para disputar uma vaga. Os resultados da avaliação também servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios).

A partir do ano de 2007, a CAPES incluiu na Ficha de Avaliação dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* um novo quesito chamado de “Inserção Social”. Ele tem um peso fixo de 10% na avaliação dos mestrados acadêmicos e dos doutorados; e, no caso do mestrado profissional, a área de avaliação pode fixar esse peso entre 10 e 20%, considerando-se que esse nível de titulação pode e deve caracterizar-se por um impacto social maior (CAPES, 2008). A relevância dessa inovação consiste no fato de que ela significa o reconhecimento oficial, pela CAPES, de que a pós-graduação tem uma responsabilidade perante a sociedade, devendo, dessa forma, não apenas melhorar a ciência, mas melhorar também o País. (RIBEIRO, 2007)

A “inserção social” proposta na Ficha de Avaliação da CAPES define como os programas de pós-graduação devem atuar para preparar mestres e doutores, mas, mais do que isso, como esses mestres e doutores, bem como a pesquisa deles e de seus orientados, devem contribuir com a sociedade (RIBEIRO, 2007). Cabe, portanto, conceituar para os efeitos deste estudo o que é inserção social. O conceito a ser adotado coaduna-se com a orientação da CAPES, porque a pesquisa que foi desenvolvida busca seus dados com aqueles órgão, e os programas de pós-graduação estruturam-se a partir das determinações dessa Coordenação. A inserção social é conceituada como o poder de transformação social que a Pós-Graduação possui, em termos de efetiva contribuição para a sociedade, ou seja, avalia o impacto dos programas de pós-graduação

na sociedade (RIBEIRO, 2007). Cabe ressaltar que a pesquisa que originou este trabalho discutiu a inserção social a partir da participação das diversas instâncias da sociedade nas atividades dos programas.

As dimensões da inserção social, segundo a CAPES (2008) e de acordo com o que expressa Ribeiro (2007), abrangem um quadro bastante amplo. Aqui cabe mencionar, apenas, as mais importantes e aquelas que se constituem como balizas institucionais para avaliar essa inserção: (1) inserção regional ou nacional do Programa; (2) integração e cooperação com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação; e (3) visibilidade ou transparência dada pelo Programa à sua atuação.

Essas dimensões indicam que a pós-graduação, pelas suas próprias finalidades, exerce importância fundamental na construção da sociedade; ela tem um compromisso com o passado, ao preservar a memória; com o presente, ao gerar novos conhecimentos e formar novos profissionais; e com o futuro, funcionando como vanguarda. Por tudo isso, a pós-graduação não pode isolar-se do mundo, ela tem de estar presente e atuar de forma que o ensino, a pesquisa e a extensão atendam às necessidades e às exigências dos tempos atuais, sob a perspectiva de um enfrentamento dos problemas da estrutura socioeconômica vigente. A seguir, o referencial teórico será discutido, com foco na administração pública e na coprodução do bem público.

3 REFERENCIAL TEÓRICO: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A COPRODUÇÃO DO BEM PÚBLICO

Os conceitos de democracia, cidadania, participação, administração pública e coprodução do bem público, neste artigo também entendida como dos serviços públicos, compõem a base teórica deste trabalho, uma vez que eles são essenciais e inerentes à inserção social dos programas de pós-graduação e à coprodução. Esses conceitos também são relevantes porque a sociedade democrática caracteriza-se pela participação política de seus membros e enseja o controle social e a transparência dos órgãos públicos, entre os quais as universidades. Numa sociedade com essas características, cabe à administração pública e à



universidade pública como organização a produção ou coprodução dos serviços públicos a partir do interesse público (DENHARDT, 2011). Esse é o contexto em que se insere a universidade pública e ao qual ela responde permanentemente, sendo essas as categorias que sustentam a coprodução do bem público e que permitem a definição dos modelos de coprodução.

Na busca de tal intento, a universidade pública insere-se no contexto da democracia, oportunizando uma maior participação do cidadão; sendo mais transparente e buscando formas de compartilhar com a sociedade o saber originado das suas pesquisas; contribuindo de modo mais abrangente para o desenvolvimento da sociedade; retribuindo o investimento que é feito nela por todos os cidadãos.

3.1 Democracia

A democracia, segundo Bobbio (2000), caracteriza-se pela inevitabilidade da representação, visto que predomina a ideia de que os representantes têm capacidade de expressar as diversas opiniões da sociedade. Para alguns defensores dessa concepção de democracia representativa, segundo Nobre (2007), a burocracia é entendida como eficiente e necessária devido à própria complexidade administrativa das atuais sociedades. Pateman (1992) corrobora essa ideia, ao afirmar que o objetivo da participação, para esses teóricos, limita-se à proteção dos indivíduos contra práticas autoritárias dos representantes eleitos. A universidade pública, no Brasil, está dentro do modelo de democracia representativa. Também tem a sua frente um reitor eleito pela comunidade universitária, e é regida por um conjunto de regras e procedimentos normativos e burocráticos. Portanto, segundo esse modelo, a universidade pública tem no seu escopo a eficiência, exercida por meio das normas e procedimentos. Mas esse fato não a impede de incluir o cidadão no processo de tomada de decisão e do controle social. Pelo contrário, há muitas evidências que definem ser a universidade pública uma organização burocrática em que a participação, o controle social e a transparência encontram espaço para a sua realização. Logo, não há como justificar que a inserção social não possa ser uma prática permanente nessas universidades.

A sociedade civil é composta de movimentos, organizações e associações não estatais e não econô-

micas que identificam os problemas sociais, e repassam-nos para a esfera pública (HABERMAS, 2003). A sociedade civil pode captar as demandas dos diferentes grupos sociais e torná-las públicas. Entretanto, Habermas (2003) ressalta que, na perspectiva de uma teoria democrática, não basta identificar os problemas, mas se deve problematizá-los a “ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar”. Assim, a possibilidade de alterar a institucionalidade pública está diretamente relacionada às demandas estruturadas na sociedade e que são problematizadas na esfera pública.

Para o presente estudo, essa concepção de democracia que inclui a coprodução do serviço público oferece o lastro que se quer como necessário para a discussão da inserção social dos programas de pós-graduação das universidades públicas. Em outras palavras, para avaliar a inserção social desses programas é necessário verificar como os resultados das pesquisas atuam em termos de efetiva contribuição da e para a sociedade.

No que se refere à relevância social das pesquisas, compete às universidades públicas e ao Estado realizarem um levantamento das necessidades do país, do estado ou da região, no plano do conhecimento e das técnicas. Compete-lhes igualmente estimular trabalhos universitários nessa direção, como forma de assegurar, por meio de consulta, às comunidades acadêmicas regionais que haja diversificação dos campos de pesquisa, segundo as necessidades regionais.

Também as parcerias com os movimentos sociais nacionais e regionais podem ser de grande valia para que a instituição universitária se integre à sociedade. Para que, por meio de cursos, pesquisas e de serviços especializados possa oferecer elementos reflexivos e críticos para a ação e o desenvolvimento desses movimentos. Dessa forma, os programas podem vir a fomentar a participação política e o aprimoramento da cidadania. Esse será o tema a ser discutido no próximo item.

3.2 Cidadania e Participação

A universidade pública tem um papel muito importante no sentido de contribuir para a promoção da cidadania, pois ela não só aprimora cidadãos como também é mantida por eles, o que vem reforçar

sua obrigação de fomentar a cidadania e as práticas democráticas. O alcance da cidadania depende da transformação das relações de poder.

Essa transformação pode ocorrer nas relações sociais, com o fortalecimento de organizações sociais e comunitárias e com o surgimento de novos estilos de gestão pública e de ação coletiva, que possibilitem a inclusão da população nos processos políticos decisórios. (AMORIM, 2007, p. 12)

Para ir além, pode-se dizer que essa transformação pode ocorrer na universidade e nos programas de pós-graduação por meio de novos estilos de gestão pública e ação coletiva, em que ocorre a inserção social e a coprodução do bem público. Nobre (2004) corrobora esse pensamento, ao apontar o surgimento de um novo tipo de cidadania que também questione a própria lógica da ação do Estado e que encontre novas formas de participação nessas decisões.

Do ponto de vista desse modelo de cidadania é preciso influir na própria lógica da decisão estatal, ampliando mecanismos de participação e decisão nas diversas instâncias do Estado. Não basta dirigir-se ao Estado com reivindicações, é necessário participar nas diversas esferas da sociedade como parte de uma maneira de viver que quer ser reconhecida por todos os cidadãos. Em face da importância do conceito de participação política para a concepção de democracia e de modelos de coprodução dos serviços públicos, torna-se necessário discutir brevemente esse conceito, tarefa a ser empreendida no próximo item.

A participação nos conselhos das universidades públicas e nos programas de pós-graduação pode ser uma forma de inserção social, uma vez que ela ocorre por meio de representantes da comunidade, entidades, empresas ou organizações sociais. Assim, quanto às formas de participação, o cidadão pode participar diretamente, pode também ser um participante no processo eleitoral ou em movimentos sociais, e participar da coprodução dos serviços públicos. O cidadão também pode compartilhar do poder de deliberação e decisão em prol do bem de comunidade. Cabe ressaltar que esta última forma de participação é a mais importante, uma vez que, nela, o cidadão engaja-se em um processo de aprendizagem e diálogo em condição de igualdade com todos os outros participantes, até mesmo com aqueles que representam o Estado. (RAMOS,

1981; PATEMAN, 1992; DAHL, 2005; ROBERTS, 2004; OLIVEIRA, 2009)

Portanto, os programas de pós-graduação podem ser espaços coletivos públicos que permitem a participação e o envolvimento do cidadão para a transformação da sociedade. No próximo tópico, o foco será a transparência identificada como *accountability*, conceito de grande relevância à democracia, à inserção social da universidade e à coprodução, porque a sociedade de que a universidade faz parte é regida pela democracia e pelo exercício da cidadania. Essa forma de sociedade caracteriza-se pela participação política de seus membros e enseja o controle social e a *accountability*.

3.3 Accountability

A *accountability* trata não só da responsabilização, mas também da responsividade – entendendo aqui que a responsabilização refere-se a ser responsável pelos seus atos ou ações, e a responsividade a dar respostas sobre seus atos ou ações (PRADO; PÓ, 2007). APLICANDO-SE esse conceito às universidades públicas, os programas de pós-graduação também têm a obrigação da *accountability*, portanto, a de exercerem a responsabilização e a responsividade; logo, de praticarem a inserção social com a necessária transparência, nos termos em que a coloca Etzioni (2014).

Não há dúvidas de que a manutenção e o aprimoramento da democracia passam pela necessidade de uma maior aproximação entre o Estado e a sociedade e, por consequência, pela exigência de um maior grau de *accountability* das ações governamentais. No âmbito deste estudo, a inserção social dos programas de pós-graduação e a coprodução têm como objetivo essa aproximação maior do Estado com a sociedade, requerendo mais *accountability* da universidade pública e dos programas de pós-graduação, e desses para com a sociedade. Vem reforçar também o fato de que a universidade, por ser pública, tem a obrigação de ouvir, informar e esforçar-se para atender e tentar transformar a sociedade, sendo transparente nas suas ações, nos seus estudos, nos seus avanços e na sua contribuição para o desenvolvimento.

Resta saber se essas estruturas das universidades públicas, mantidas pela sociedade, geradoras de conhecimento, desenvolvedoras e testadoras de teorias, estão realmente fazendo retornar esse conhecimento



para a sociedade. Também, se elas envolvem o cidadão para coproduzir esse bem público.

3.4 A Coprodução dos Serviços Públicos e os Modelos de Coprodução

A coprodução dos serviços públicos é uma estratégia utilizada pela administração pública, para a produção do bem público. Pode-se associar a coprodução dos serviços públicos à eficiência, diminuição de custos, gestão privada dos serviços públicos e participação do cidadão na administração pública e na esfera pública.

Para o presente estudo, entende-se a coprodução como

[...] uma estratégia para a produção dos serviços públicos por meio do compartilhamento de responsabilidades e poder entre agentes públicos, agentes privados e cidadãos. Ela também pode ser compreendida como a sinergia que se estabelece na realização dos serviços públicos compartilhados entre governo e cidadãos que, obrigatoriamente, assim como o aparato admi-

nistrativo do Estado, interagem para a produção do serviço público. (SALM, 2014, p. 42)

A partir desse conceito, foram desenvolvidos os modelos de coprodução dos serviços públicos, ancorados na síntese das tipologias de participação apresentadas por Arnstein (1969), Pretty (1995) e White (1996); e nas propostas dos autores que mais se dedicaram aos estudos de coprodução.

A discussão sobre a transformação social gerada pelos modelos de coprodução deixa de ser elaborada neste trabalho, uma vez que este tema foi objeto de estudo dos autores das tipologias de participação. O desenvolvimento dos modelos de coprodução veio para preencher uma lacuna de referências e contribuir com os profissionais de administração pública que precisam de orientação no desenvolvimento de sistemas de coprodução dos serviços públicos.

O Quadro 1, a seguir, sintetiza a proposta dos modelos de coprodução que servem de referência para este trabalho, bem como, os fatores preponderantes que distinguem os modelos entre si.

MODELOS E AUTORES QUE OS COMPÓEM	CONCEITOS	CARACTERÍSTICAS	DIMENSÕES	INDICADORES AGENTES DO PROCESSO
Nominal Bjur e Siegel (1977), Kaiser e Percy (1980) e Sundeen (1985)	A coprodução nominal é uma estratégia para a produção dos serviços públicos, por meio de compartilhamento de responsabilidades entre pessoas da comunidade, preferencialmente voluntários, e o aparato administrativo público de estado, com o propósito apenas de tornar eficientes esses serviços.	Difere de comunidade para comunidade, e pode ser levada a efeito pelo cidadão, por grupos informais e por organizações formais sem fins lucrativos.	Ocorrem por meio do trabalho voluntário, com uso da tecnologia, em busca da eficiência dos serviços públicos.	O administrador público é um agente do processo.
Simbólica	A coprodução simbólica é uma estratégia para envolver os cidadãos na produção dos serviços públicos para demonstrar a presença do Estado.	Pode estar presente na realidade.	Tem, quase sempre, um caráter manipulativo e serve para demonstrar a eficácia do Estado.	Pode ocorrer em estado com democracia representativa e estados não democráticos.
Funcional Witaker (1980), Brudney e England (1983), Schneider (1986) e Alford (2002)	A coprodução funcional é uma estratégia utilizada pelo aparato público do Estado para produzir os serviços públicos de maneira mais eficiente e eficaz, com a participação do indivíduo, do grupo ou da coletividade.	A coprodução deve ser organizada com base em resultados e dentro do princípio do menor custo.	A participação do cidadão no processo de coprodução dá-se por meio da solicitação dos serviços, de assistência ao Estado ou por um ajuste mútuo com o Estado. Também pode ocorrer com a participação do indivíduo, do grupo ou da coletividade na implementação de políticas públicas.	O administrador público, com a participação do indivíduo, do grupo ou da coletividade, na implementação de políticas públicas.

Representativa com sustentabilidade Levine (1984), Ostrom (1996), Marshall (2004) e Bovaird (2007)	A coprodução representativa com sustentabilidade é o resultado da sinergia que se estabelece na realização dos serviços públicos de que participam os cidadãos, as organizações da comunidade e o aparato administrativo do Estado que, no seu conjunto, interagem em prol do bem comum.	O <i>empowerment</i> e a <i>accountability</i> são essenciais, já que o modelo requer o engajamento cívico do cidadão e da comunidade.	A coprodução resulta da interação do cidadão com o aparato administrativo do estado e da delegação de poder pelo Estado.	Os cidadãos, as organizações da comunidade e o aparato administrativo do Estado.
Para a mobilização comunitária Mitlin (2008), Rosentraub e Sharp (1981) e Cooper e Kathi (2005)	A coprodução para a mobilização comunitária é uma estratégia para a realização dos serviços públicos de que participa toda a comunidade, orientada por princípios éticos e pela democracia normativa, com o propósito de manter a sociedade permanentemente mobilizada.	O modelo propõe-se a transformar a comunidade e o aparato público do Estado. As bases do modelo estruturam-se sobre a democracia normativa e os princípios éticos.	Os serviços públicos são coproduzidos como uma estratégia para a permanente mobilização da comunidade e de superação da organização burocrática.	A comunidade, orientada por princípios éticos e pela democracia normativa.

Quadro 1: Modelos de coprodução do bem público

Fonte: Adaptado Salm e Menegasso (2010)

Essas breves referências teóricas permitem que agora se faça a discussão da metodologia utilizada na pesquisa e o modelo de análise empregado nesse estudo.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste tópico, apresentam-se os procedimentos metodológicos adotados para discutir as ações de inserção social dos programas de pós-graduação *stricto sensu* das universidades públicas, sob a supervisão da CAPES, a partir dos modelos de coprodução. Para a realização da pesquisa, os dados foram levantados a partir do aplicativo Coleta da CAPES. O período a que se refere à pesquisa são os anos de 2007, 2008 e 2009.

O objeto de análise refere-se às ações de inserção social dos programas de pós-graduação das universidades públicas e a coprodução do bem público. Na primeira etapa, os programas de pós-graduação em Administração, das universidades públicas, foram identificados e cadastrados, por meio de consulta no Portal da CAPES. Nessa etapa, foram identificados 33 programas de pós-graduação em Administração de 27 universidades públicas. Esses 33 programas oferecem 26 cursos de mestrado acadêmico, dez de doutorado e sete de mestrado profissional, sendo que os cursos de mestrado acadêmico e doutorado fazem parte do mesmo programa.

Em uma segunda etapa, foram cadastradas do Portal da CAPES as propostas dos programas, apresentadas nos cadernos de indicadores, dos anos de 2007, 2008 e 2009. Foram analisadas as respostas de 85 propostas existentes referentes ao quesito inserção social (Proposta do Programa – Solidariedade, Nucleação e Visibilidade), conforme definido pela CAPES (2009). É necessário esclarecer que a CAPES estabeleceu nas fichas de avaliações dos programas três categorias de inserção social – solidariedade, nucleação e visibilidade. Essas categorias, contudo, não foram elaboradas pela CAPES, deixando dúvidas sobre o alcance do seu significado. Na pesquisa, essas categorias foram utilizadas com o propósito de facilitar o levantamento de dados, uma vez que, no Coleta, os dados de inserção social estão agrupados segundo essas categorias.

A pesquisa foi delineada como qualitativa, pois Bunchart e Gondim (2004) afirmam que, na pesquisa qualitativa, procura-se a compreensão de um contexto particular, respaldando-se na interpretação e na busca de significado. Seguindo essa orientação, a pesquisa realizada fixou-se em como se construiu a inserção social dos programas *Stricto Sensu* em administração das universidades públicas brasileiras, tendo como parâmetro os modelos de coprodução do bem público.

A pesquisa também foi classificada como exploratória, descritiva e longitudinal. Exploratória porque ela tem como principal finalidade buscar identificar uma relação entre as ações de inserção social dos programas de pós-graduação das universidades públicas e a



coprodução do bem público. Isso se deve à importância da participação do cidadão, por ser realizada em área em que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado e porque sua natureza de sondagem não comporta hipóteses. Foi classificada como descriptiva, por expor características de determinada população ou de determinado fenômeno, e descrever a realidade, neste caso a da inserção social e a da coprodução do bem público. Segundo Gil (2009), a pesquisa descriptiva vai muito além da simples identificação da existência de relações entre variáveis. Ela pode proporcionar uma nova visão do assunto, sendo uma das mais utilizadas pelos pesquisadores sociais preocupados com as situações práticas. Classificou-se como longitudinal, porque se refere aos dados produzidos pelos programas em cada ano de 2007, 2008 e 2009. Foram definidos como universo da pesquisa os programas de pós-graduação *Stricto Sensu* em Administração, das universidades públicas brasileiras, reconhecidos e cadastrados no sistema de avaliação da CAPES, na área de Ciências Sociais e Aplicadas – Administração.

A coleta de dados foi realizada por meio de dados secundários, ou seja, foi feita a partir dos relatórios e dos dados do aplicativo Coleta da CAPES que foram utilizados por essa Instituição para a avaliação dos programas de pós-graduação em administração das universidades públicas brasileiras. A análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo dos documentos e relatórios dos programas de pós-graduação do aplicativo Coleta de Dados da CAPES. A análise de conteúdo utilizada neste trabalho segue a orientação proposta por Bardin (2009). Ela é uma técnica de tratamento de dados que permite ao pesquisador fazer inferências, processo por meio do qual, a partir de premissas, chega-se a conclusões, permitindo o estabelecimento de relações significativas.

4.1 O Modelo de Análise

O modelo de análise estrutura-se a partir dos cinco modelos de coprodução: nominal, simbólica, funcional, representativa com sustentabilidade e para a mobilização comunitária, cada um com o seu conceito, suas características, as dimensões ou formas como ocorrem, e identificação dos agentes do processo (Quadro 1). Com esse modelo, buscou-se discutir as ações de inserção social dos programas de pós-graduação

Stricto Sensu em Administração, sob a supervisão da CAPES, no período de 2007, 2008 e 2009, a partir dos modelos de coprodução do bem público.

Para a análise de cada proposta dos programas, foi realizada uma pré-análise e uma exploração do material, além da fase de tratamento e interpretação dos dados. Na análise de conteúdo, foram examinadas todas as respostas que se referem à inserção social realizadas pelos programas, mais especificamente, os itens do Coleta agrupados segundo solidariedade, nucleação e visibilidade. Nesse sentido, foram realizadas discussões, comparando com o modelo de análise, destacando-se os pontos de relevância considerados significativos para a interpretação dos resultados.

5 RESULTADOS

Os objetivos definidos para este trabalho, o quadro teórico da proposta de modelos e os dados levantados permitem que, na sequência, discutam-se os resultados para, posteriormente, apresentarem-se as considerações finais.

O primeiro objetivo específico foi o de levantamento das ações de inserção social dos programas *Stricto Sensu* em administração, das universidades públicas. Constatou-se que alguns programas deixaram de responder aos quesitos sobre a inserção social, outros colocaram somente uma observação de que não possuíam curso de doutorado. Também ocorreu, com frequência, a repetição das mesmas ações, ou seja, as ações apresentadas no ano de 2007 foram repetidas tal e qual nos registros de 2008 e 2009, sem informações se essa repetição devia-se à continuidade da mesma ação do ano anterior. As ações que apareceram com maior frequência referem-se à formação de docentes e a atividades relacionadas com cursos de graduação e especialização. Essas atividades são de participação em programas de melhoria do ensino e manutenção de página da web para divulgação dos dados do programa.

De acordo com a base teórica que se tomou como referência, pode-se afirmar que, no Coleta da CAPES, entre os programas pesquisados, não há ações que possam ser identificadas como promotoras diretas de transformação social por meio da coprodução e participação do cidadão. Se os programas promoveram tais ações, não foi possível identificá-las nos dados

do aplicativo da CAPES. Pode-se ter a expectativa de que as ações realizadas pelos programas e registradas no Coleta sejam capazes de conduzir a essa transformação, mas, se o fazem ou não, só uma pesquisa de acompanhamento dos egressos e de resultados dessas ações será capaz de comprovar. Por outro lado, muitos registros sobre inserção social, fornecidos pelos programas no Coleta, são genéricos, pouco elaborados e concisos demais para que se possam extrair deles os dados necessários sobre a transformação social promovida por esses programas.

O segundo objetivo específico consistia em verificar como são realizadas as ações de inserção social dos programas *Stricto Sensu* em administração. Constatou-se que as ações apresentadas foram realizadas por meio da formação de docentes e da disponibilização de página na web com as informações do programa. Ainda a realização de convênios, projetos em conjunto com outras instituições e programas, congressos, palestras, participação em bancas ou em disciplinas de programas parceiros.

Aqui também não foi possível identificar nos registros do Coleta ações realizadas pelos programas que levassem diretamente à transformação social. Mas é necessário registrar que a descrição sobre como são realizadas as ações de inserção social necessita de mais elaboração no aplicativo, para que se evidencie se ocorre o envolvimento do cidadão e da comunidade no Programa e, em caso positivo, como isso se dá. A falta de elaboração nos registros do Coleta sobre inserção social empobrece as evidências sobre as práticas democráticas, a transparência, a *accountability* e o controle social compartilhado que pode estar ocorrendo nos programas *stricto sensu* em administração, das universidades públicas. Aliás, a legislação que trata da transparência dos órgãos públicos no Brasil exige que os registros sejam elaborados e completos.

Com o terceiro objetivo específico buscou-se comparar e discutir as ações de inserção social dos programas de pós-graduação com os modelos de coprodução (nominal, simbólica, funcional, representativa com sustentabilidade e para a mobilização comunitária). O levantamento permitiu que fossem identificados os agentes do processo e o modelo de coprodução utilizado em cada ação. Essa identificação foi realizada a partir da relação que se estabeleceu entre as ações e os conceitos, as características, as dimensões e os

indicadores de cada um dos modelos de coprodução, conforme preceitua o modelo de análise.

De acordo com esse modelo, as ações apresentadas no aplicativo Coleta pelos programas têm como agentes: os gestores públicos representados pela coordenação dos programas de pós-graduação; os gestores públicos representados pelo coordenador do programa ou dos programas parceiros; e os docentes de ambos os programas. Essas ações ocorrem com a participação do indivíduo, do grupo ou da coletividade, representados pelos alunos dos programas, as organizações sociais ou empresariais, ou ainda pela comunidade, representada pelos participantes de cursos, congressos e palestras promovidas pelos programas.

Constatou-se que as ações de inserção social realizadas pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração das universidades públicas, registradas no Coleta da CAPES, relativas ao período de 2007, 2008 e 2009, norteiam-se por modelos de coprodução que se identificam como coprodução funcional e como coprodução simbólica.

As ações que se configuram como coprodução funcional, quase todas, são ações direcionadas para a formação de docentes; realização de eventos como congressos, seminários e promoção de palestras; acompanhamento de egressos; realização de programas de DINTER e MINTER; participação em bancas; intercâmbios de alunos e professores e ofertas de cursos para as organizações sociais ou para a comunidade. Nesses casos, a participação do indivíduo, do grupo ou da coletividade ocorre a partir da preocupação dos programas com a eficiência e eficácia. As ações ocorrem por meio da solicitação dos serviços ou por um ajuste mútuo entre usuário e programa. A participação do indivíduo, do grupo ou da coletividade no modelo de coprodução funcional é passiva, não se estendendo além da realização da ação, curso ou evento acadêmico.

Já as ações realizadas pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* em administração, das universidades públicas, que se configuram como coprodução simbólica, referem-se a disponibilizações de páginas na web e o acesso a teses e dissertações. Também faz parte a realização de acordos e convênios para a realização de cursos. Cabe destacar dois relatos de programas que diferem dos demais: um que apresenta ao colegiado a prestação de contas das verbas de apoio à pesquisa, e



outro que disponibiliza os resultados das pesquisas no site. Nos demais programas, as informações contidas nos dados disponibilizados são geralmente as mesmas, como linhas de pesquisas, datas e documentos para ingresso nos cursos e acesso a teses e dissertações.

Essas ações de visibilidade dos programas têm um cunho de informação e de transparéncia parcial das ações, porém não têm o alcance do conceito de *accountability*. Mesmo assim, as ações de prestação de contas e disponibilização de resultados de pesquisa são um avanço, quando se trata da *accountability* dos programas públicos de pós-graduação. Esses exemplos podem ser seguidos e aprimorados pelos demais programas, podendo a CAPES promover por meio de um programa de *benchmarking* as boas práticas de inserção social, principalmente daqueles que conduzam diretamente a transformação social.

Essas ações que foram destacadas e que decorrem de apenas dois relatos, demonstram que alguns programas de pós-graduação já têm compromissos com a responsabilidade das universidades públicas para com a sociedade. Elas demonstram, também, que nesses programas há um engajamento em ações de inserção social e que essas ações identificam atividades de coprodução dos serviços públicos. Embora a coprodução ocorra sob a forma de solicitação de serviços, de assistência do Estado para com a sociedade ou, ainda, sob a forma de ajuste mútuo entre o Estado e a sociedade, não se pode negar a sua existência e a sua relevância para a sociedade. Todavia, conforme já foi mencionado, e como os dados pesquisados evidenciam, há um caminho longo a percorrer, se a inserção social for orientada a partir dos modelos de coprodução em que a transformação social é um propósito primeiro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados que foram apresentados e discutidos ao longo deste artigo demonstram que os programas de pós-graduação praticaram a inserção social por meio de algumas atividades de solidariedade, nucleação e visibilidade no decorrer do período coberto pela pesquisa. No entanto, são poucas as ações de inserção social realizadas pelos programas que se distinguem como prática inovadora. Por outro lado, a descrição das ações de inserção social, no Coleta, é pouco elab-

orada. Ela não contém evidências de que essas ações, diretamente e por si só, conduziram à transformação da sociedade na forma preconizada pelos modelos de coprodução do bem público que mais enfatizam a participação do cidadão como ser político.

A universidade é um tipo de organização particular que se diferencia das demais. Ela tem como foco o ensino, a pesquisa e a extensão. A tomada de decisão é realizada por meio de colegiados os mais diversos, muitos deles sem a participação da sociedade. Nos programas de pós-graduação, usualmente, não há participação direta da sociedade. A frágil inserção social, como se observa nos dados pesquisados, traduz essa distância da sociedade. Os modelos de coprodução que esses programas praticam, no processo de inserção social, ainda estão distantes, como ficou evidente, de uma ação transformadora na sociedade.

As informações contidas no Coleta relativas aos anos de 2007, 2008 e 2009 não permitem afirmar que os programas promoveram levantamentos na sociedade sobre a aplicação e decorrências das pesquisas realizadas pelos seus professores e alunos. Também não há muitas informações sobre as atividades realizadas pelos egressos desses programas. Essas informações são necessárias para que os programas justifiquem a sua razão de ser, e para que promovam uma participação do cidadão e da comunidade, segundo foi discutido ao longo da fundamentação teórica deste artigo.

Essa discussão leva a assertiva de que a concepção de administração pública e as estruturas em uso nos programas focados na pesquisa necessitam ser reavaliadas, caso eles devam realizar ações que conduzam diretamente à transformação social. Se isso não vier a ocorrer, a CAPES necessita redefinir os objetivos desses programas, incluindo neles a inserção social como prática que conduza diretamente à transformação social. Nesse caso, contudo, é necessário considerar as limitações que têm as concepções tradicionais de administração pública e as suas estruturas para a prática direta de transformação social.

Feitas essas constatações, cabe ainda fazer alguns comentários e recomendações finais:

- a) A CAPES, por meio de seus órgãos, necessita definir o que deve ser entendido como inserção social dos programas e também o que eles devem entender como ações de solidariedade, nucleação e visibilidade. Esses conceitos neces-

- sitam ser elaborados para que os programas possam ter um direcionamento de suas ações.
- b) Há necessidade de dar-se mais atenção ao preenchimento do aplicativo Coleta, especificamente no que se refere às ações de inserção social. Essa recomendação faz-se necessária, porque as informações fornecidas pelos programas sobre inserção social são, na maioria dos casos, superficiais ou pouco precisas.
- c) As ações de inserção social realizadas pelos programas que se identificam como coprodução funcional ou como estratégias utilizadas pelo aparato público do Estado, para produzir os serviços de maneira mais eficiente e eficaz, com a participação do indivíduo, grupo ou coletividade. Essas ações podem ser aprimoradas, aperfeiçoadas ou compor um conjunto de ações participativas, a ponto de identificarem-se com a coprodução representativa com sustentabilidade ou a coprodução para a mobilização comunitária.
- d) A CAPES definiu que a pós-graduação tem uma responsabilidade para com a transformação da sociedade. Portanto, cada programa deve identificar na sua área e espaço o que necessita ser transformado. Para realizar essa tarefa, é necessário envolver e consultar a sociedade. As pesquisas da Pós-Graduação podem, ter origem nessa consulta.
- e) O acompanhamento de egressos deve tornar-se uma prática constante para que se possa mensurar a eficácia dos programas, bem como das suas ações de inserção social. Da mesma forma, os resultados das pesquisas devem ser mais bem acompanhados, para que se tenha uma avaliação precisa dos benefícios que elas trazem para a sociedade, sob os aspectos de inserção social.
- f) Os critérios e itens que constam das fichas de avaliação são instrumentos úteis para que os programas possam nortear as suas ações. Portanto, as instruções e esclarecimentos sobre a avaliação da inserção social dos programas devem estar disponíveis para todos, desde o início de cada triênio. Por outro lado, as alterações durante o triênio devem ser construídas por todos os interessados.
- g) As fichas de avaliação para a apresentação das propostas do mestrado acadêmico e mestrado profissional são as mesmas. No entanto, exis-

tem diferenças nos itens de avaliação do mestrado acadêmico para o mestrado profissional. O documento de área e as fichas de avaliação precisam mostrar coerência entre si, quando tratam das questões de inserção social. Essas questões necessitam ser mais bem elaboradas e resolvidas.

- h) Nas fichas de avaliação, as respostas dos programas foram apresentadas segundo categorias estabelecidas pela CAPES (solidariedade, nucleação e visibilidade), mas essas categorias não aparecem no documento de área, como também não aparecem no regulamento para avaliação trienal 2010 (2007-2009), publicado somente em julho de 2010. Todas essas categorias precisam ser convenientemente explicitadas. A consulta aos programas sobre as dúvidas acerca dessas categorias pode dar início a um processo participativo sobre inserção social.
- i) A inserção social dos programas públicos de pós-graduação, como ação transformadora da sociedade, além de ser uma exigência da CAPES, é uma obrigação desses programas no contexto democrático em que estão inseridos. De pouco adianta, nos programas Públicos de Pós-Graduação, ensinar e pesquisar sobre *accountability*, controle social compartilhado e transparência, se a prática negar a teoria.

Para finalizar, cabe ressaltar que as pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação das universidades públicas devem ter a sua origem em considerações epistemológicas e nas necessidades da sociedade, e os resultados dessas pesquisas devem contribuir para o desenvolvimento e transformação permanente da sociedade. Essa deveria ser a missão ou a responsabilidade dos programas de pós-graduação das universidades públicas para com a sociedade que é, em última instância, a sua mantenedora.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. S. Cidadania e participação democrática. In: II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA. UFSC, Florianópolis, 25 a 27 de abril de 2007. *Anais...* UFSC. Florianópolis, 2007.



- ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. **Journal of the American Planning Association**, USA, v. 35, n. 4, p. 216-224, July, 1969.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2009.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BUNCHAFT, A. F.; GONDIN, S. M. G. Grupos focais na investigação qualitativa da identidade organizacional: exemplo de aplicação. **Revista de Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 63-77, 2004.
- CAPES. **Critérios de avaliação trienal**: triénio avaliado – 2004-2007. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF, Orientações do CTC. [2008]. Disponível em: <www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/CA 2007_AdministracaoTurismo.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2008.
- CAPES. **Documento de área 2009**. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Brasília, DF, [2009]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/ download/avaliacao/ADMIN17jun10.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2010.
- DAHL, R. A. **Polarquia, participação e oposição**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- DENHARDT, R. B. **Teoria geral de organizações públicas**. Tradução de Francisco G. Heidemann. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V. **The new public service**: serving, not steering. 3. ed. New York: M. E. Sharpe, 2011.
- ETZIONI, A. The Limits of Transparency. **Public Administration Review**. v. 74, n. 6, p. 687-688, 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.
- HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempoz Brasileiro, 2003.
- MARTINS, C. B. A formação do sistema nacional de pós-graduação. In: SOARES, Maria Suzana Arroso (Org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002. 304 p.
- NOBRE, A. Democracia, cidadania e participação social: uma estreita ligação. **Emancipação**, Ponta Grossa, PR, v. 7, n. 2, p. 209-226, 2007.
- NOBRE, M. Participação e deliberação na teoria democrática: uma introdução. In: COELHO, V.; NOBRE, M. (Org.) **Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- OLIVEIRA, V. R. Administração pública contemporânea: a busca por um caminho efetivo de participação. In: XXXIII ENCONTRO DA ANPAD. São Paulo, 2009. **Anais...** São Paulo, 19 a 23 de setembro de 2009.
- PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PRADO, O.; PÓ, M. V. Discursos, prestação de contas e responsabilização democrática nas reformas da gestão pública. In: XXXI EnANPAD. Rio de Janeiro, 2007. **Anais...** Rio de Janeiro, set. 2007.
- PRETTY, J. N. Participatory learning for sustainable agriculture. **Word Development**, USA, v. 23, n. 8, p. 1.247-1.263, August, 1995.
- RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- RIBEIRO, R. J. **Inserção social**. [2007]. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 23 ago. 2007.
- ROBERTS, N. Public deliberation in an age of direct citizen participation. **American Review of Public Administration**, USA, v. 34, n. 4, p. 315-353, Dec. 2004.
- SALM, J. F. Coprodução de bens e serviços públicos. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (Org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, p. 42-44, 2014.
- SALM, J. F.; MENEGASSO, M. E. Proposta de modelos para a coprodução do bem público a partir das tipologias de participação. In: XXXIV ENCONTRO DA ANPAD. Rio de Janeiro, 2010. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.
- WHITE, S. C. Depoliticising development: the uses and abuses of participation. **Development in Practice**, USA, v. 6, n. 1, p. 6-15, 1996.